

O CASO DO DOSSIÊ: DESCUIDO OU INTIMIDAÇÃO?



Assessor de senador e ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil apresentam versões diferentes para o vazamento de informações sobre gastos do governo FHC. **Páginas 4 e 5**

André Fernandes (D) depõe na CPI dos Cartões Corporativos, ao lado de Luiz Sérgio, Marisa Serrano e Marcelo Melo. José Aparecido (à esq., na foto acima) contradiz ex-amigo

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.808 – Brasília, quarta-feira, 21 de maio de 2008

Acordo: governo transforma MP em projeto e Senado retoma votações

Sob pressão do presidente do Senado, Garibaldi Alves, e dos partidos de oposição, o líder do governo, Romero Jucá, anunciou ontem a decisão de retirar do Congresso e transformar em projeto de lei a Medida Provisória (MP) 430/08, que abre crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para bancar aumento de 800 mil servidores públicos, inclusive militares. O projeto, em regime de urgência, deverá ser votado em 90 dias. O entendimento permitiu que fossem aprovadas duas propostas: a que reestrutura o Projovem e a que torna mais rígidas as regras sobre consumo de bebidas, mas libera a venda nas margens de rodovias. **Página 3**



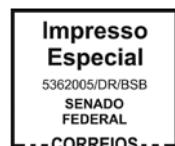
Em Plenário, Papaléo Paes (E), Antonio Carlos Júnior e José Agripino ouvem manifestação da líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti: oposição promete dar prioridade ao projeto que beneficia servidores públicos

Novas normas para rádio e televisão

Comissão de Justiça aprova projeto sobre critérios para outorga e renovação. **Página 7**

Aprovado relatório preliminar da LDO

Abre-se agora o prazo para apresentação de emendas à proposta. **Página 6**



Mudanças na lei de direitos autorais

Atuação do Ecad recebe duras críticas de participantes de audiência no Senado. **Página 8**

Senado comemora os 200 anos dos Dragões

Unidade que cuida da segurança do presidente da República é homenageada. **Página 8**

Senador acredita que propostas devem receber o voto favorável dos deputados este ano, quando se celebra, disse, a Abolição da Escravatura “ainda não concluída”

Paim cobra da Câmara a aprovação de estatutos

Em discurso ontem no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez apelo à Câmara dos Deputados para que aprove os estatutos da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência, propostas de sua autoria que tramitam naquela Casa.

– Tenho muita convicção de que a Câmara vai aprovar os estatutos no ano em que celebramos os 120 anos da Abolição não-conclusa – disse.

O senador ressaltou o fato de a Câmara já ter dado o voto favorável à Ratificação da Convenção Nacional das Pessoas com Deficiência para pedir celeridade na aprovação do estatuto sobre o mesmo tema. Citou matéria publicada



Paulo Paim é autor dos projetos em favor da igualdade racial e dos idosos

pelo jornal *Folha de S. Paulo* com dados indicando a existência no país de, pelo menos, 1 milhão de deficientes físicos à espera de órteses e próteses, situação que, conforme sustentou, precisa mudar.

Paim ainda leu artigo do

desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia Antônio Pessoa Cardoso, com análise da Lei 10.471/03 – o Estatuto do Idoso –, que amplia o leque de proteção aos idosos e as penas para quem maltratá-los. O senador observou que, em 2020, o Brasil terá 40 milhões de pessoas na terceira idade.

Paulo Paim, citando o artigo, lembrou alguns benefícios assegurados pelo estatuto que ainda não são cumpridos, como o direito a um salário mínimo para quem tem mais de 60 anos e, comprovadamente, não tem como se manter; a preferência em filas de hospitais; e o fornecimento de remédios a quem não puder pagar.



Osmar apresentou proposta que pode aumentar número de transplantes

9.434/97) já deu um grande impulso a esse procedimento salvador de vidas.

– Pode parecer um sonho, pode parecer que não é importante, mas tenho certeza de que a CAS aprovará a matéria – acredita o senador.

Projeto na CAS amplia condições para a captação de órgãos

Há no Brasil 68 mil pessoas esperando na fila por transplante, e que poderão morrer, uma vez que o país enfrenta dificuldades na captação de órgãos, como corações e rins. Com o objetivo de superar esse problema, o senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou projeto de lei (PLS 347/07) a ser examinado hoje, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O parlamentar propõe que hospitais com mais de 80

leitos, ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo, mantenham uma comissão de captação e doação de órgãos. A equipe deverá ser treinada e contar com transporte para colher o órgão e levá-lo ao hospital.

Osmar Dias estima que, se a matéria for aprovada, o número de transplantes, atualmente na casa dos 13,5 mil anuais, irá dobrar. Ele lembrou que a legislação que autoriza a doação presumida de órgãos (Lei

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 10h, em seu gabinete a embaixadora de Israel, Tzipora Rimon. Às 11h, reúne-se com o candidato à Presidência da República de El Salvador Maurício Funis. E, às 16h, presidirá sessão deliberativa do Plenário.

Plenário às 14h

A sessão, às 14h, é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias.

Pauta da Comissão de Assuntos Sociais tem 11 itens

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se, às 11h, para votar 11 proposições, entre elas, substitutivo a dois projetos que permitem ao trabalhador escolher a agência bancária em

que receberá sua remuneração. Também pode ser examinado projeto que altera a lei de remoção de órgãos (Lei 9.434/97), a fim de obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação.



Experiências em educação

Às 10h, A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência para analisar os trabalhos de cinco professores premiados pelo projeto Educar Nota 10, da Fundação Victor Civita. Os professores e o diretor-executivo da fundação, David Saad, são os convidados para o debate.

Na CDH, a questão dos negros

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência pública para tratar de temas de interesse dos negros. Foram convidados para o debate representantes de várias crenças religiosas.



CCJ pode votar nova convocação de Dilma Rousseff

Reunião, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina uma pauta de 20 itens. Entre os projetos de lei, está o que assegura proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro do devedor de pensão alimentícia. Também está prevista vo-

tação do requerimento de convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que esclareça à comissão denúncia sobre a responsabilidade da formulação do dossiê relativo a gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mercosul

A Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul realiza, às 11h, audiência pública para debater o tema “Mercosul: perspectivas atuais”, com a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

CPI da Pedofilia

Senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia ouvem às 10h, em Uberlândia (MG), o professor universitário Carlos Eduardo Martins Ivancko e a estudante Ana Paula Souza e Silva, presos em flagrante com material que indica prática de pedofilia.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Gerson Camata e Antônio Carlos Valadares

Oposição pressiona e governo decide retirar última medida provisória que abriria crédito extraordinário para reajuste de servidores. Decisão suspende obstrução

Aprovada a MP que reestruturou o Projovem

Leopoldo Silva

O Plenário do Senado aprovou, ontem à noite, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/08, relativo à Medida Provisória (MP) 411/07, que reestrutura o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O programa tem como objetivo promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano.

Foram criados quatro programas distintos, mas integrados: Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador. Esses programas atenderão a uma faixa etária mais ampla, de 15 a 29 anos (o intervalo anterior era de 15 a 24 anos), com renda mensal, por pessoa, de no máximo um salário-mínimo. O valor das bolsas do Projovem será de R\$ 100 por mês, que custarão cerca de R\$ 1,5 bilhão em 2008.

Pelo projeto, o governo não precisará assinar convênios com estados e municípios para a execução do programa. Até 2011, a expectativa é atender 4 milhões de jovens, que frequentarão aulas oferecidas por entidades sem fins lucrativos. Os critérios de habilitação e seleção das entidades sem fins lucrativos executoras do programa serão definidos na regulamentação da lei.

Os cursos incluirão noções de Matemática, Comunicação Oral e Escrita em Língua Portuguesa, Informática, Língua Estrangeira e Cidadania.

Reajuste do Bolsa Família

A MP também foi usada para mudanças na Lei 10.836/04, que criou o Bolsa Família. O valor do benefício foi reajustado de R\$ 50 para R\$ 58. E foi criado um novo benefício variável, a ser pago eventualmente a adolescentes participantes do Projovem.

A relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ressaltou a importância da integração no Projovem dos programas destinados a essa faixa etária. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a matéria não encontrou obstáculos por ser relevante, tendo sido incluída entre aquelas sobre as quais não há conflito entre a oposição e o governo. A mesma observação foi feita pelo líder do DEM, José Agripino (RN).

Também apoiaram a matéria os senadores Valdir Raupp (RO), líder do PMDB, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Renato Casagrande (PSB-ES), Flávio Arns (PT-PR) e Paulo Paim (PT-RS).



Oposição concordou em votar medidas provisórias depois que Romero Jucá (E) anunciou que governo vai substituir MP 430 por projeto de lei

Governo retira MP para abertura de crédito e Senado inicia votações

Pressionado pela oposição e pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, o governo voltou atrás e decidiu retirar do Congresso a medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para bancar aumentos de 800 mil servidores públicos civis e militares (MP 430/08).

A decisão foi anunciada pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), depois de veementes discursos de senadores da oposição exigindo que o presidente Lula não mais use medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário, como decidiu em liminar, na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim, foi possível votar ontem duas das 13 medidas provisórias

que obstruíam a pauta – o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 09/08 (MP 411/07), que criou o Projovem, e o PLV 13/08 (MP 15/08), que trata da proibição à venda de bebidas alcoólicas às margens de rodovia federal. Outras MPs serão votadas na semana que vem.

Para o líder do DEM, José Agripino (RN), o Executivo estava desrespeitando uma decisão do Judiciário. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que seu partido obstruía as votações de medidas provisórias, por entender que o Executivo estava afetando a harmonia entre os Poderes.

Baseado em estudos, Garibaldi Alves informou que o presidente do Senado e do Congresso não pode devolver ao Executivo uma MP que

considere inconstitucional.

O líder do governo, Romero Jucá, frisou que a MP havia sido assinada no mesmo dia da decisão do STF, e não depois, como afirmavam os opositores.

Pelo acordo, o governo vai substituir a MP 430 por um projeto de lei, que será enviado ao Congresso em regime de urgência, para votação em 90 dias. A ideia é aprovar o projeto até 30 de maio para que o reajuste tenha efeito em junho.

Para facilitar o acordo, Agripino negociou com a liderança de seu partido na Câmara para que o projeto tenha total prioridade naquela Casa. Arthur Virgílio acrescentou que a decisão do Executivo era “corajosa”, pois fazia opção por respeitar a liminar do STF.

Senadores apontam “cansaço” de medidas provisórias

Mesmo governistas, como Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), admitiram que “há um certo cansaço com as medidas provisórias” e concordaram que a Câmara vote com rapidez proposta de emenda à Constituição que modifica sua tramitação no Congresso, evitando que elas tranquem as pautas das duas Casas.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) considerou que o governo, ao adotar MPs para abertura de créditos para ministérios, estava na verdade refazendo o Orçamento da União, votado pelo Congresso.

Mário Couto (PSDB-PA) susten-

tou que o Executivo tentava “desmoralizar” o Parlamento, enquanto Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou que o governo utiliza medidas provisórias “boazinhas” para deixar o Congresso mal perante a opinião pública.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) insistiu que o governo, ao “abusar das medidas provisórias”, impede o Congresso de votar seus próprios projetos, pois as MPs passam a trancar as pautas de votações 45 dias depois de assinadas. Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sustentou que “cabe apenas ao Congresso votar ou mo-

dificar” as leis no país.

Renato Casagrande (PSB-ES) instou deputados e senadores a votarem com rapidez as mudanças sobre tramitação das MPs, enquanto Expedito Júnior (PR-RO) insistiu para que Garibaldi Alves devolvesse as medidas provisórias sobre créditos. Alvaro Dias (PSDB-PR) opinou que o Executivo estava afrontando o Congresso e Mão Santa (PMDB-PI) manifestou que, na democracia, “nenhum governo pode ficar acima das leis e das decisões da Justiça”. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o governo tem agido de forma autoritária.

Câmara volta a examinar restrição a consumo de álcool

A Câmara dos Deputados voltará a examinar a proposta que torna mais rígidas as regras sobre consumo de bebidas alcoólicas por motoristas. Com seis emendas do relator-revisor, Francisco Dornelles (PP-RJ), o Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão 13/08, proveniente da Medida Provisória 415/08. Uma das emendas feitas pelo relator permite a venda em estabelecimentos comerciais como hotéis-fazenda, localizados em áreas rurais.

Dornelles informou que manteve todas as penalidades determinadas no projeto aprovado pela Câmara, mas retirou a proibição de armazéns, hotéis, hotéis-fazenda, supermercados, bares e restaurantes localizados em margens de rodovias em áreas rurais venderem bebidas alcoólicas. Ele exemplificou com a situação de um ônibus de turismo que pára num bar ou num restaurante e os turistas ficam impedidos de tomar um vinho ou uma cerveja enquanto almoçam.

O senador Paulo Paim (PT-RS) saudou a modificação introduzida por Dornelles, que segundo ele beneficia 50 mil empresas situadas em áreas rurais próximas a rodovias. A medida, estimou Paim, deverá preservar 80 mil empregos aproximadamente. Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Flávio Arns (PT-PR), Renato Casagrande (PSB-ES), Gim Argello (PTB-DF) e Mão Santa (PMDB-PI) também elogiaram o relatório de Dornelles e a aprovação da matéria.

Proibição

O projeto modifica o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) para proibir que pessoas com qualquer concentração de álcool no sangue possam dirigir veículo automotor. O Código de Trânsito Brasileiro determina atualmente a aplicação de multas e punições a motoristas que dirigem com nível superior a seis decigramas por litro de sangue, ou qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.

A proposta também proíbe a venda varejista ou o oferecimento de bebida alcoólica em rodovias federais ou em terrenos contíguos a essas rodovias, cuja infração resultará no pagamento de multa no valor de R\$ 1.500.

Fátima Cleide: procurador sofre perseguição em RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou ontem em discurso que o procurador da República em Rondônia Reginaldo Pereira da Trindade está sendo “duramente perseguido” pela estrutura do governo do estado. Isso ocorre, segundo disse, “porque o procurador cumpre o dever de fiscalizar a ação do agente público que governa Rondônia desde 2003”.

– Não há dúvida em afirmar que o estado vem sendo maltratado e suas estruturas precisam ser mais bem cuidadas. Apesar da grande maioria de seus profissionais ter reputação ilibada e prestar relevantes serviços à população, alguns teimam em levar suas instituições para muito perto de um lamaçal indesejável. O Ministério Público Federal e a Polícia Federal atuam para impedir isso – frisou, acrescentando que o MPF em Rondônia é “vítima do implacável poder econômico de que dispõe o governo local”.

“Conceição do Araguaia está abandonada”

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou em Plenário a realização, no último sábado, do 6º Encontro Regional do PSDB do Pará, na cidade de Conceição do Araguaia, região sul do estado. Ele ressaltou que o município tem grande potencial turístico, mas lamentou que a cidade esteja abandonada e a população “desatendida em todas as necessidades básicas”.

O senador informou que, conforme denúncias dos estudantes secundaristas da região, as escolas de ensino fundamental de Conceição do Araguaia também estão abandonadas e com falta de recursos.

Flexa Ribeiro disse que vai pedir informações sobre os recursos do Fundeb repassados ao Pará e que deveriam ser utilizados nas escolas estaduais. Ele assinalou que participaram do encontro do PSDB representantes de vários municípios da região.

Assessor de Alvaro Dias e ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República apresentam versões diferentes para o vazamento



André Fernandes (à dir., na foto acima) iniciou pouco depois das 11h seu depoimento, que durou até o meio da tarde; ele pediu para falar em reunião secreta

André afirma que dossiê visou intimidar oposição

O consultor legislativo do Senado André Eduardo da Silva Fernandes disse ontem, na CPI Mista dos Cartões Corporativos, ter considerado “uma intimidação” o dossiê com gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso enviado a ele, por e-mail, pelo então chefe de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes, em 20 de fevereiro deste ano.

Na época, recordou, discutia-se no Congresso a instalação de uma CPI para investigar gastos irregulares com cartão de crédito corporativo.

– Entendi como uma ameaça – afirmou.

Na mensagem enviada por José Aparecido, disse André, havia dois arquivos

anexados. Um deles com dados sobre gastos sigilosos do governo Fernando Henrique e outro um texto do próprio José Aparecido afirmando que gastos irregulares deveriam ser alvo de fiscalização especial.

O depoente também confirmou que, em um almoço com José Aparecido e mais dois colegas do TCU (Tribunal de Contas da União), discutiu a repercussão do dossiê na imprensa. Na conversa, conforme André, José Aparecido teria dito que Erenice Guerra, assessora da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, teria mandado fazer um “banco de dados seletivo”.

O consultor garantiu à CPI não ter divulgado as informações para a imprensa e lembrou que notas sobre um suposto

dossiê já vinham sendo publicadas na mídia desde 9 de fevereiro. André disse que, após voltar de férias, na primeira semana de março, comunicou o fato ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), em cujo gabinete trabalha.

Segundo André, José Aparecido havia tentado intimidá-lo outra vez, em 2004, quando prestava serviços como consultor na CPI do Banestado. Ele contou ainda que conhece José Aparecido desde 1991 e que mais tarde trabalharam juntos no TCU. Com o tempo, porém, observou, divergências políticas afastaram os dois.

André afirmou a Demostenes Torres (DEM-GO) que teria informações que só poderiam ser repassadas em uma reunião secreta. A proposta foi posta em votação pela presidente da comissão, Marisa Serrano (PSDB-MS), mas rejeitada por 12 votos de governistas.

José Aparecido teria dito que partiu de Erenice Guerra a ordem de fazer um “banco de dados seletivo”

Boato sobre vazamento de informações gera desentendimento entre

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e o senador Tião Viana (PT-AC) se desentenderam ontem em Plenário por causa da autoria de um boato sobre a participação do parlamentar amazonense no vazamento do suposto dossiê contra o governo Fernando Hen-

rique. Arthur Virgílio acusou Tião Viana de comandar a repercussão do boato em plena reunião da comissão parlamentar de inquérito.

Segundo o relato do líder do PSDB, Tião Viana o procurou ontem para lhe dizer que um funcionário do gabinete de

Alvaro Dias afirmou a funcionários do gabinete de Tião Viana que o documento vazado do Palácio do Planalto para André Fernandes também fora encaminhado ao gabinete da liderança do PSDB. Dali, teria seguido para o jornal *Folha de S. Paulo*. Viana teria dito ainda a Arthur Virgílio

achar que se tratava de “foguete”.

– Decidi tornar isso claro e avisei ao senador Tião Viana, mas desisti porque o funcionário Alvaro Dias negou o vazamento para Virgílio.

Entretanto, o líder do P

Para Ideli, não houve chantagem

Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que uma suposta ameaça feita por José Aparecido é uma interpretação de André Fernandes, uma vez que não houve nenhuma palavra ou gesto nesse sentido, gravações, textos ou testemunhas. A senadora considerou ainda estranho que, se foi realmente uma chantagem, o documento tenha vazado pelas mãos de uma pessoa do PT.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) questionou se André Fernandes pediu informações sobre a confecção do dossiê a José Aparecido. O consultor legislativo garantiu que nunca fez nem faria isso. Para o peemedebista, no entanto, “houve um tráfico de interesses”.

de dados relativos a gastos do governo Fernando Henrique Cardoso. Sessão da CPI teve início na manhã e se prolongou até pouco depois das 18h



Jane Araújo

Jane Araújo

Contradições sobre a conversa em um almoço

José Aparecido afirmou à CPI que André Fernandes mentiu ao dizer que ele havia confirmado, durante almoço no Clube Naval, ser Erenice Guerra a mandante da elaboração do suposto dossiê. O ex-diretor de Controle Interno da Casa Civil confirmou a presença de outros dois amigos, Marco Pólo e Nélio, na ocasião e disse que, até então, não sabia que as informações haviam sido enviadas através do seu computador. Assinalou ainda que o assessor tucano estava “apavorado” e insistiu veementemente para que conversasse com dois jornalistas, sendo um da revista *Veja*.

– Quem estava apavorado no almoço era o André. Eu dizia que o senador deveria começar a apontar o culpado. Ele insistia que eu deveria falar com a revista *Veja*. Ele nem sequer insinuou a existência desse dossiê – relatou Aparecido.

Após quase oito horas de reunião, parlamentares da CPI Mista dos Cartões Corporativos chegaram à conclusão de que a descoberta da verdade sobre quem mandou fazer e quem fez o dossiê está nas mãos da Polícia Federal.

Foi adiada para hoje a decisão sobre uma possível acareação entre José Aparecido e André Fernandes, os dois envolvidos no vazamento das informações. A reunião da CPI deverá ser reiniciada às 9h de hoje.

Críticas ao uso da máquina pública para fazer ameaça

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), “vaza informação quem é responsável pela guarda dos dados”. O problema, continuou, não é divulgar informações, e sim “usar a máquina pública para tentar intimidar a oposição”.

Alvaro lembrou que a imprensa tomou conhecimento da existência do dossiê muito antes que o assessor dele. Afirmou ainda que o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), também teve conhecimento do dossiê antes dele e repassou informações à revista *Veja*.

Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse ter convicção de que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, mandou que o dossiê fosse feito e que a assessora dela, Erenice Guerra, organizou o grupo que montou o documento.

Para Demostenes Torres (DEM-GO), o envio do dossiê a André foi claramente uma ameaça porque era um documento que tratava de dados com mais de dez anos de existência.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que não há mais dúvida sobre quem mandou fazer e quem vazou o dossiê, após a revelação de André de que José Aparecido lhe contou, em almoço, que a ordem de montar o dossiê veio de Erenice.

Aparecido: envio de documento foi descuido

O ex-diretor de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República José Aparecido Nunes Pires iniciou seu depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos lendo uma declaração em que negou qualquer participação na elaboração do suposto dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique Cardoso.

José Aparecido disse que se espantou ao ser informado de que havia saído do seu computador o e-mail enviado a André Eduardo Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias, com o “banco de dados” anexado. O depoente afirmou que sabia da importância das informações, mas sustentou não ter memória ou consciência de ter anexado tais informações ao e-mail e que a ação não passou de um engano ou descuido,

“um erro humano”, sem qualquer motivação.

O ex-diretor levantou a suspeita de que outra pessoa possa ter utilizado o seu computador para enviar o dossiê a André Fernandes. Segundo José Aparecido, sua intenção foi enviar apenas um texto em arquivo *Word*. Ele assegurou que nunca conversou sobre o assunto com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ou com a secretária-executiva do ministério, Erenice Guerra.

– Se eu fosse repassar algum documento com informações confidenciais, seria muito mais fácil fazer através de *pen drive*, CD ou em papel impresso – observou.

Monossilábico e lacônico em quase todo o depoimento, José Aparecido negou haver participado de reuniões sobre a elaboração do dossiê, dizendo ter apenas indi-

cado dois funcionários para participar do grupo de trabalho sobre o documento, a pedido do secretário de Administração da Casa Civil, Norberto Temóteo Queiroz, de quem teria partido, inclusive, a ordem para a criação informal dessa equipe. José Aparecido também negou ter chantageado o assessor André Fernandes. Indagado se André havia lhe enviado um currículo, José Aparecido disse, inicialmente, que ele não havia lhe pedido emprego. Em seguida, apresentou um e-mail enviado por André.

– No início do governo, ele me enviou o seu currículo e cogitou a possibilidade de trabalhar como secretário-adjunto do Ministério do Planejamento – contou. Mais cedo, André Fernandes havia negado ter pedido emprego a José Aparecido no governo Lula.

Virgílio e Tião Viana

o amigo”.
no Plenário e
a que o faria,
onário do se-
fato – contou

PSDB mudou

de idéia após o deputado Nilson Mourão (PT-AC) ter tocado no assunto, durante a reunião da CPI mista. Segundo Virgílio, Mourão é “ligado a Tião Viana”.

– Estou decepcionado. Não esperava essa deslealdade de um amigo – reclamou Virgílio, na presença de Tião Viana,

acrescentando que o parlamentar do PT o alertara também sobre o fato de que o boato estava sendo apurado pelo jornal *Correio Braziliense*, o que teria sido negado a Virgílio pelo repórter Gustavo Krieger.

– Decepcionado estou eu. Eu avisei

ao senador Arthur Virgílio, e a mais ninguém, de que isso me havia sido dito por dois assessores, que ouviram do chefe de gabinete de Alvaro Dias, e que isso já estava circulando entre jornalistas. Agi com lealdade para com um amigo e não aceitei suspeitas sobre a minha conduta –

ressaltou Tião Viana.

Arthur Virgílio, contudo, manteve sua acusação, o que levou os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Papaléo Paes (PSDB-AP) a pedirem que os dois se reconciliassem.

Texto elaborado pela senadora Serys Slhessarenko aumenta em mais de R\$ 4 bilhões o teto das despesas com ações que farão parte do Anexo de Metas e Prioridades do próximo ano

Comissão aprova o relatório preliminar da LDO para 2009

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. Com isso, foi aberto prazo até o dia 30 de maio para a apresentação de emendas à



Serys, na mesa com Mendes Ribeiro e Delcídio, destaca amplo debate do texto

proposta. O relatório eleva para R\$ 21 bilhões o teto das despesas com ações que farão parte do Anexo de Metas e Prioridades. No texto enviado pelo governo, eram previstos gastos de R\$ 16,7 bilhões com o conjunto das ações.

O relatório, elaborado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), traz várias inovações, entre as quais a possibilidade de acatamento de emendas de caráter nacional. Como áreas de interesse nacional foram consideradas, entre outras, a questão de gênero, saúde, educação, energia

e proteção à infância.

Outra alteração importante do relatório de Serys se relaciona ao maior peso a ser dado a emendas apresentadas em conjunto pelos parlamentares. Esse mecanismo, juntamente com a seleção prévia das propostas pelos coordenadores de bancadas, deverá diminuir consideravelmente a quantidade de emendas a serem apresentadas à LDO 2009. Pela sistemática anterior, poderiam ser propostas mais de 3,5 mil emendas ao texto, uma vez que cada parlamentar tem direito a cinco emendas individuais.

Comemorando a aprovação por unanimidade de seu relatório, Serys agradeceu ao presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), por haver promovido uma ampla discussão sobre a matéria, o que teria favorecido a rápida aprovação.

– Essa abertura para o debate amplo, de forma absolutamente transparente, colocando com bastante clareza os critérios para elaboração das emendas, os critérios através dos quais avaliaremos as emendas que chegarem ao projeto de lei da LDO, é que fez com que esse clima existisse. As coisas já estavam bastante conversadas, discutidas, com as lideranças e, por isso, se tornaram bem mais fáceis – comentou a senadora.

A LDO cria regras para elaboração do projeto do Orçamento de 2009, que o governo encaminhará ao Congresso até agosto.

Papaléo alerta para baixo índice de saneamento



Papaléo: é preciso investir em redes antigas de água, em razão de vazamentos

Papaléo Paes (PSDB-AP) se disse “estarcido” com os resultados de um estudo sobre a situação do saneamento básico no país realizado pela Fundação Getúlio Vargas, a pedido do Instituto Trata Brasil. O senador disse que, além de o documento confirmar que apenas 53% dos brasileiros têm acesso ao serviço, “pelo andar da carruagem” só

será possível atender a toda a população no ano 2122, ou seja, daqui a 114 anos.

Como resultado da falta de água tratada e de esgoto, o sistema público teve de bancar, na década passada, 700 mil internações hospitalares ao ano, provocadas por doenças relacionadas à falta de saneamento básico, destacou o parlamentar.

Na opinião de Papaléo, apenas a recente Lei do Saneamento Básico (11.445/07) não será suficiente para resolver o problema. Ele observou que a questão não se restringe a novos investimentos, pois seria necessário investir também em redes antigas de distribuição de água, em razão da grande quantidade de vazamentos.

Jirau é sucesso antes mesmo da construção, afirma Raupp



Segundo Raupp, mais de 30 concessionárias se interessam pela energia do Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou em Plenário o leilão para a construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, vencido pelo consórcio Energia Sustentável, que promete colocá-la em funcionamento em 2013. Para o senador, a usina “já é sucesso antes mesmo da sua

construção”, pois mais de 30 concessionárias de distribuição estão interessadas em adquirir a energia a ser gerada no Madeira.

O deságio de 21% sobre o preço máximo do quilowatt-hora estimado pelo governo é a prova de que o empreendimento será rentável e que irá gerar benefícios, sustentou. Ele lembrou que, confiante no potencial hidrelétrico do Madeira, encomendou estudo sobre o seu aproveitamento quando governou Rondônia, em 1997.

Apesar das críticas ao empreendimento, principalmente de ecologistas, o senador afirmou que a região Norte será grande fornecedora de energia para sustentar o desenvolvimento brasileiro.



Júlio Pedrosa (em pé) entrega Constituição em braile a representantes de entidades de cegos

Em MG, Senado anuncia impressão do Estatuto do Idoso em braile

Durante a entrega de publicações em braile para quatro entidades de apoio a deficientes visuais em Belo Horizonte, o presidente da Comissão de Feiras de Livro do Senado, Júlio Pedrosa, anunciou que o próximo título a ser impresso em braile será o Estatuto do Idoso. A solenidade ocorreu no Expominas, local onde se realiza a 1ª Bienal do Livro de Minas Gerais. Segundo Pedrosa, o Estatuto do Idoso em braile é reivindicada nas feiras de livro

das quais a Casa participa.

– Seria bom que outras entidades seguissem o exemplo do Senado, pois os deficientes visuais encontram muitas dificuldades para ter acesso a livros – disse Júlio Pedrosa.

O Senado entregou exemplares em braile das Constituições do Brasil e do estado de Minas Gerais, do Código de Defesa do Consumidor, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Doação de Órgãos.

Flávio Arns destaca publicação do Jornal do Senado em braile

Flávio Arns (PT-SC) elogiou a publicação do *Jornal do Senado* em braile, lançada em 14 de maio.

O jornal terá circulação mensal, mas já há previsão para que seja semanal. A tiragem será de 300 exemplares, distribuídos a entidades de apoio a deficientes visuais. A primeira edição em braile foi acompanhada de CD com uma versão da Constituição.



Flávio Arns informa que já há previsão para que a publicação seja semanal

A publicação pode ser solicitada pelo telefone (61) 3311 3333, e-mail jornal@senado.gov.br ou pela internet – www.senado.gov.br/jornal.

Concurso de redação da Casa começa a distribuir kits aos estados

Responsável pela coordenação do 1º Concurso de Redação do Senado, em Roraima, Edilene Vicente da Silva Melo recebeu ontem o *kit* que será enviado às secretarias estaduais de Educação parceiras na realização do concurso. O *kit* contém o regulamento, a ficha de inscrição, uma folha de redação, além de um exemplar da Constituição e uma publicação sobre o funcionamento do Congresso.

O concurso de redação tem

como tema *A Bandeira Nacional*. Poderão participar alunos matriculados em uma das duas últimas séries do ensino fundamental das escolas dos 26 estados, cujas secretarias de Educação aderiram ao concurso (menos Santa Catarina). O aluno vencedor, o diretor de sua escola e o secretário de Educação do respectivo estado participarão da cerimônia em comemoração ao Dia da Bandeira, no Palácio do Congresso Nacional, no dia 19 de novembro.



Desde 2003 no Senado, suplente de Marina retornará ao Acre

Senadores homenageiam Sibá Machado

Os senadores homenagearam o senador Sibá Machado (PT-AC), suplente da senadora Marina Silva, que deixa a Casa após cinco anos.

Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a atuação de Sibá foi motivo de “orgulho”. Para Fátima Cleide (PT-RO) Sibá foi “o suplente mais titular que já houve”. Tião Viana (PT-AC) agradeceu a Sibá em nome do povo do Acre. Paulo Paim (RS) disse que Sibá “conseguiu ser unanimidade”, até no PT. Flávio Arns (PT-PR) vê no colega um “incansável”. Augusto Botelho (PT-RR) enfatizou que o colega foi pioneiro na defesa do biodiesel.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que Sibá se firmou como “político de qualidade”. Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que o colega é “sério, competente e inteligente”. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou a ética e o conhecimento do colega sobre o Acre. Mário Couto (PSDB-PA) observou que Sibá é “exemplo de persistência” que deixa saudade.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) reconheceu o apoio de Sibá quando mudou de partido. Para Valter Pereira (PMDB-MS), Sibá demonstrou disciplina partidária. Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que Sibá nasceu em União (PI), onde o povo é honrado. Valdir Raupp (PMDB-RO) declarou que será difícil substituir Sibá no Plenário. Paulo Duque (PMDB-RJ) elogiou a “personalidade com que cumpriu a suplência”.

Pelo PSB, Renato Casagrande (ES) elogiou o trabalho de Sibá na Subcomissão de Recursos Hídricos e Antônio Carlos Valadares (SE) recordou que Sibá defendeu a Amazônia e o trabalhador na Casa. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou “a garra e a raça” do colega.

Projeto que revoga a Resolução 39/92 do Senado acaba com exigências não mais previstas pelo Poder Executivo. Emenda de Flexa Ribeiro estabelece participação da comunidade na análise dos pedidos

Comissão aprova novas normas para a concessão de rádio e TV

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de resolução (PRS 11/08) que moderniza os critérios de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para transmissão de rádio e TV. O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou emenda ao projeto, de autoria do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). A matéria será votada ainda na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A proposta revoga a Resolução do Senado 39/92. Na justificativa, Antonio Carlos Júnior afirma que muitos dos documentos mencionados na resolução “não encontram mais referência nos normativos que disciplinam a tramitação desses projetos no Poder Executivo”. Ele também

aponta exemplos de casos nos quais as exigências estabelecidas na Resolução 39 são tratadas de forma distinta na regulação.

Para estimular a participação da população na habilitação das rádios e TVs, Flexa Ribeiro propôs emenda

que abre prazo de 15 dias para apoio ou contestação, que seria encaminhada às autoridades competentes para apuração. Nesse caso, a tramitação do pedido seria adiada por 90 dias, prazo no qual a autoridade deve apresentar manifestação conclusiva.



Marco Maciel preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça que examinou o projeto

Pagamento de precatório deve priorizar idoso acima de 60

Relator de oito propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam de precatórios, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aceitou quatro das sete emendas apresentadas pelo senador César Borges (PR-BA) – uma delas parcialmente. Entre as emendas, estão a que diminui a idade dos idosos que terão preferência no pagamento de precatórios, de 65 para 60 anos, e a que corrige os valores dos precatórios pelos índices da caderneta de poupança.

A principal mudança do substitutivo proposto por Raupp às oito PECs institui o regime especial de pagamentos: 60% dos recursos seriam destinados à liquidação dos precatórios por meio de leilões de deságio de valor. Os 40% restantes seriam destinados ao pagamento dos precatórios não quitados nos leilões.

O substitutivo estipula percentuais diferentes das receitas correntes líquidas de estados e municípios para o pagamento. O texto dá ainda preferência à quitação dos precatórios de natureza alimentícia e, desses, os devidos a pessoas com mais de 60 anos, atendendo à emenda de César Borges. A matéria teve pedido de vista coletiva concedido pelo presidente da comissão, Marco Maciel (DEM-PE).

Dornelles pede a Mantega cautelosa na criação do Fundo Soberano

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) recomendou ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, cautela na criação do Fundo Soberano, que, entre outras finalidades, seria uma saída para impedir a queda maior do dólar e ajudaria a formar uma poupança para momentos de crise.

Dornelles mostrou-se preocupado com a informação de que o fundo seria formado com o excedente fiscal e a emissão de títulos do Tesouro Na-

cional para a compra de dólares.

– Caso deseje realmente criar o Fundo Soberano, o governo não deve usar medida provisória, mas sim projeto de lei. Assim, a sociedade e o Congresso Nacional podem discutir a conveniência de sua criação.

Para o senador, o superávit primário acima da meta fixada pelo governo deveria ser utilizado para reduzir a dívida pública mobiliária, que tem um alto custo de financiamento.



Francisco Dornelles defende discussão da proposta pelo Congresso Nacional

– Não vejo sentido também para o governo captar recursos a uma taxa de 11,75% e aplicar a uma taxa que será bem mais reduzida – ponderou.

Guarda compartilhada de filhos de pais separados vai a sanção

O substitutivo do Senado ao projeto que reformula o Código Civil para prever a guarda compartilhada dos filhos de pais separados foi aprovado ontem pelos deputados e, agora, se-

gue para a sanção presidencial.

A proposta dá preferência a esse tipo de tutela quando não houver acordo. Na guarda compartilhada, tanto o pai quanto a mãe assumem direitos e deveres relativos aos filhos, com responsabilização conjunta. Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência, o juiz poderá pedir orientação técnica.

A guarda unilateral ou compartilhada poderá durar, por consenso ou determinação judicial, por período específico, considerada a faixa etária do filho.

Em relação à guarda unilateral, o texto determina que seja atribuída ao genitor que tenha mais aptidão para dar ao filho afeto, saúde, segurança e educação.



Camata acha que apreensão teve apenas o fim de produzir notícia

Gerson Camata critica atuação da Anatel

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que teria auxiliado a polícia na apreensão de *i-phones* da Apple vendidos na rua Santa Efigênia, no centro da capital paulista.

– Se o telefone não estava funcionando, não é competência da Anatel apreender. É contrabando, então, é da Receita Federal, da Polícia Federal – disse.

Camata avaliou que a Anatel não parece preocupada com rádios piratas que põem em risco a aviação ou roubos e posterior legalização de celulares.

ACM Júnior lamenta morte de Zélia Gattai

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) classificou a morte da escritora Zélia Gattai, no sábado, como uma “enorme perda” para a literatura. O falecimento, disse, o fez reviver o sofrimento pela perda do escritor Jorge Amado, morto em 2001, com quem a escritora fora casada por 56 anos.

Para o senador, Zélia, integrante da Academia Brasileira de Letras, foi uma escritora “ímpar, de luz própria, que adotou a Bahia e por ela foi adotada”. Ele reafirmou seu compromisso com a Fundação Casa de Jorge Amado.



ACM Júnior apresentou voto de pesar pela morte da escritora

Por sugestão de Gerson Camata, especialista da PUC de São Paulo deve elaborar para a Comissão de Educação projeto visando atualizar norma



Na CE, Araújo Novaes Neto, Bitelli, Annenberg, Papaléo, Marcos de Souza (Minc), Ícaro Martins (cineasta) e João Moreirão de Magalhães

Senadores defendem mudanças na legislação de direitos autorais

A legislação sobre a cobrança de direitos autorais deve ser rapidamente revista, na opinião dos senadores que participaram ontem de audiência sobre o tema. “Do jeito que está não pode ficar”, reagiu Gerson Camata (PMDB-ES) após a exposição dos convidados para o debate.

Durante a reunião, foram feitas duras críticas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). A audiência pública foi promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Camata sugeriu ao professor Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli que elabore para a CE uma proposta de modificação da norma atual. A sugestão foi logo aceita por Flávio Arns (PT-PR), que presidia a reunião. Papaléo Paes (PSDB-AP) também disse ser ne-

cessário tornar a lei mais justa.

Professor da PUC de São Paulo, Bitelli definiu o conflito resultante da aplicação da atual legislação como um “choque de dois mundos”. A lei foi feita para a música, recordou, mas o mundo atual seria dominado pelo audiovisual. Segundo o especialista, a TV Globo entrou na Justiça contra o Ecad pela cobrança do percentual de 2,5% sobre o seu faturamento, e apenas um grande grupo exibidor de cinema – Luiz Severiano Ribeiro – estaria efetuando o pagamento, por decisão judicial.

No início da audiência, que foi aberta por Paulo Paim (PT-RS), o diretor da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus), José de Araújo Novaes Neto, classificou como uma “grande distorção” o fato de os direitos autorais sobre músicas estrangeiras serem sete vezes maiores

do que os pagos por músicas brasileiras.

O presidente executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, disse que não se pode estabelecer um único percentual – de 2,5%, no caso – sobre o faturamento global das empresas do setor, uma vez que muitas atividades das televisões por assinatura não teriam nada a ver com direitos autorais.

Denúncia

A atuação do Ecad foi defendida pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Francisco João Moreirão de Magalhães, que acusou as grandes gravadoras de serem as fornecedoras de 80% das cópias de CDs que abastecem o mercado pirata. A afirmação levou Arns a anunciar o envio de uma denúncia à Polícia Federal, com a aprovação da comissão.

Senado comemora os 200 anos dos Dragões da Independência

O papel desempenhado pelos Dragões da Independência nos principais momentos da história do Brasil foi destacado ontem pelos oradores durante sessão especial em comemoração dos 200 anos de criação do regimento. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a unidade, responsável pela guarda e segurança do presidente da República, “viveu ativamente momentos culminantes, como o da Independência do Brasil”, onde estava representada por componentes da Imperial Guarda de Honra do Príncipe dom Pedro.

O senador Gim Argello (PTB-DF), autor do requerimento de homenagem, informou que dom João VI criou o regimento em 1808 no dia de seu próprio aniversário – 13 de maio. O parlamentar ressaltou que importantes personagens, como Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, saíram das fileiras do 1º Regimento. Destacou ainda serviços à comunidade, como atividades de equitação e equoterapia.

O general-de-exército Armando Luiz Malan de Paiva Chaves agradeceu a Garibaldi Alves pela homenagem aos militares dos Dragões da Independência. Disse que estava emocionado com a acolhida da Casa e por ver o Plenário lotado por representantes do regimento.

A cerimônia de homenagem foi aberta com o *Hino Nacional* e encerrada com a *Canção dos Dragões da Independência*, executados pelo 1º Regimento de Cavalaria de Guarda. Participaram do evento o comandante do regimento, Odilson Sampaio Benzi, e outras autoridades.

Até sexta-feira estarão em exibição no Espaço Senado Galeria objetos e documentos históricos do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército, que passou a ser chamado de Dragões da Independência em 1946. Os visitantes também poderão conhecer um pouco da história dos Dragões por meio de vídeo produzido pela TV Senado e exibido durante a exposição.



Militares do regimento e de outras unidades lotaram o Plenário e as galerias

Ideli destaca posição da Petrobras nas Américas



Ideli Salvatti (PT-SC) – foto – saudou a diretoria da Petrobras por se tornar a terceira maior empresa das Américas e a sexta do mundo em capital.

Ideli criticou as privatizações realizadas em governos passados e disse que o governo Lula tem claro o papel do Estado de “orientar, fomentar o desenvolvimento, utilizar os instrumentos, seja de governo ou de empresas, para que o país se desenvolva”.

KÁTIA ABREU HOMENAGEIA MACEL CAIXETA, LÍDER AGRÍCOLA DE GOIÁS

Kátia Abreu (DEM-GO) homenageou o ex-presidente da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg) Macel Félix Caixeta, que faleceu em Goiânia, em 3 de maio, vítima de câncer. Ela lembrou contribuições de Caixeta ao agronegócio, como a criação da patrulha rural, para fazer a segurança no campo; a implantação do cheque moradia rural; a criação do Pesebem, para a conferência da pesagem das carcaças de animais abatidos; e o cartão do produtor rural, que dá descontos em produtos e serviços em empresas conveniadas.

GEOVANI BORGES REGISTRA 1º FESTIVAL NACIONAL DO TEATRO DO AMAPÁ

Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou a realização, em Macapá, do 1º Festival Nacional do Teatro do Amapá, de 4 e 10 de maio. O festival contou com 14 peças teatrais de grupos locais e de outros sete estados, com público de mais de 10 mil pessoas.

– Oportunidade ímpar para reavaliar a produção existente e promover o intercâmbio entre grupos e artistas de teatro – avaliou o senador.

MÁRIO COUTO DENUNCIA ABANDONO DE ESCOLAS PÚBLICAS DO PARÁ

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que visitou, entre segunda e quarta-feira, diversos municípios do Pará, quando teve oportunidade de observar o abandono do ensino pelo governo estadual. Segundo o senador, o exemplo mais claro é o estado em que se encontram as escolas estaduais do município de Conceição do Araguaia, no sul do Pará. Couto falou ainda da “tristeza e do desespero” dos alunos daquela cidade.

Expedito Júnior pede asfalto para a BR-429

Depois de percorrer a BR-429, em Rondônia, no último final de semana, o senador Expedito Júnior (PR-RO) – foto – apelou ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para que não interrompa as licitações para asfaltamento de quatro trechos da estrada.

Ele afirmou que a precariedade da rodovia torna a vida dos moradores extremamente difícil, tanto na época das chuvas quanto na seca.